

O Sector da Construção em Portugal 2020 1º semestre



Ficha Técnica

Título:

Relatório Semestral do Sector da Construção em Portugal | 1º Sem. 2020

Autoria:

Direção Financeira, de Estudos e de Estratégia

Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I.P.

Av. Júlio Dinis,11 | 1069-010 Lisboa

Telefone: 217 946 700 | Fax: 217 946 799 | Página da Internet: <http://www.impic.pt> | Email: geral@impic.pt

Outubro 2020

Índice

1. Enquadramento Macroeconómico.....	5
1.1. Produto Interno Bruto	6
1.2. Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF)	7
1.3. O Valor Acrescentado Bruto (VAB)	8
1.4. O Índice de Preços no Consumidor	9
1.5. O Mercado de Trabalho.....	10
2. O mercado em Portugal - indicadores sectoriais.....	12
2.1. Contextualização.....	12
2.2. Obras Particulares - Licenciadas e Concluídas	12
2.3. Taxa de Juro Implícita	14
2.4. Valores médios de avaliação bancária.....	15
2.5. Índice de produção na construção e obras públicas.....	16
2.6. Vendas de cimento para o mercado interno	16
2.7. Índice de custos de construção	17
2.8. Segurança no trabalho	17
3. O tecido empresarial do sector da construção.....	18
3.1. Títulos válidos a 30 de junho	18
3.1.1. Distribuição por classe de alvarás	19
3.1.2. Distribuição geográfica	20
4. Síntese.....	21
5. Fontes Estatísticas.....	22

Quadros

Quadro 1 – Composição da variação em volume do Produto Interno Bruto – taxas de variação homóloga (%)	6
Quadro 2 – Composição do crescimento em valor (preços correntes) do Produto Interno Bruto	6
Quadro 3 – Formação Bruta de Capital Fixo – dados encadeados em volume	7
Quadro 4 – Crescimento em volume do VAB.....	8
Quadro 5 – Valores medianos de avaliação bancária – Habitação (Euros/m ²)	15
Quadro 6 – Vendas de cimento para o mercado interno (milhares de toneladas)	16
Quadro 7 – Classes de alvarás	18
Quadro 8 – Distribuição do número de empresas por classe de alvará.....	19

Gráficos

Gráfico 1 – Formação Bruta de Capital Fixo – dados encadeados em volume (taxas de variação homóloga %)	7
Gráfico 2 – Valor Acrescentado Bruto – dados encadeados (taxas de variação homóloga %)	8
Gráfico 3 – Índice de Preços ao Consumidor (Taxa de variação homóloga %)	9
Gráfico 4 – Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (Taxa de variação homóloga %).....	9
Gráfico 5 – População empregada - Variação Trimestral (%).....	10
Gráfico 6 – Emprego na Construção / Emprego Total - variação trimestral (%)	11
Gráfico 7 – Número de Obras Licenciadas e Concluídas por trimestre.....	13
Gráfico 8 – Número de fogos licenciados e concluídos por Região (1ºT e 2ºT de 2020).....	13
Gráfico 9 – Taxa de juro implícita	14
Gráfico 10 – Crédito à habitação por destino de financiamento	14
Gráfico 11 – Evolução dos valores médios de avaliação bancária (valores em euros/m ²)	15
Gráfico 12 – Índices de produção na Construção – variação homóloga (%).....	16
Gráfico 13 – Índice de custos de construção de habitação nova (variação homóloga %)	17
Gráfico 14 – Número de acidentes de trabalho mortais.....	17
Gráfico 15 – Títulos habilitantes válidos a 30 de Junho de 2020.....	18
Gráfico 16 – Distribuição de Alvarás por Região NUT II (junho de 2020)	20
Gráfico 17 – Distribuição de Títulos de Registo por Região NUT II (junho de 2020)	20

1. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

A atividade económica, no primeiro semestre de 2020, apresentou uma contração como há muito não se verificava após ter apresentado um ano de 2019 bastante coeso e com perspetivas de continuação da recuperação económica iniciada em 2014.

Os resultados da atividade económica neste 2º semestre refletem os efeitos da pandemia Covid-19 na atividade económica. Recorde-se que no início de março (dia 11) foram anunciadas diversas medidas de contenção à propagação e decretado o estado de emergência, que ditou o encerramento temporário de várias atividades económicas e restrição à livre circulação de pessoas. Este estado de emergência, em Portugal, foi sendo renovado, tendo o terceiro e último período vigorado até 2 de maio. A reabertura do comércio foi feita de forma gradual, bem como escolas, creches, equipamentos culturais, cafés e restaurantes. Destaca-se ainda a reabertura dos centros comerciais (exceto na Área Metropolitana de Lisboa) e o fim do dever cívico de recolhimento a partir do dia 1 de junho. No entanto a situação de calamidade foi mantida até ao dia 30 de junho.

Face a este cenário, verificou-se no 2º trimestre uma diminuição da variação homóloga do PIB em volume de 16,3%.

Todos os restantes indicadores macroeconómicos também apresentaram uma forte diminuição. O Investimento global diminuiu no 2º trimestre, bem como as exportações e importações desaceleraram face ao 1º trimestre de 2020.

Também a evolução do mercado de trabalho exibiu características extraordinárias que se podem sintetizar pelo aumento significativo da taxa de inatividade, estimada em 43,7%, em relação ao 1º trimestre (2,3 p.p.) e relativamente ao mesmo período de 2019 (2,9 p.p.); pela redução significativa da população empregada, tanto em relação ao trimestre homólogo de 2019 (3,8%) como ao anterior (2,8%). Importa referir que a contração do emprego ocorreu num contexto em que foi instituído o regime simplificado de *layoff* que, permite a manutenção na população empregada de pessoas cujas empresas fecharam, total ou parcialmente, de forma temporária. Dessa forma, o impacto da atual conjuntura sobre o volume de trabalho na economia pode não ser inteiramente captado pela redução do emprego.

No final de 2020 e no decorrer de 2021, teremos uma melhor perceção destes dados.

O setor da construção, ainda assim, foi aquele que apresentou menores danos, tendo mesmo o Investimento e o VAB no 1º semestre de 2020 registado variações positivas.

1.1. Produto Interno Bruto

A atividade económica portuguesa no 2º trimestre apresentou uma forte contração que se fez sentir mais intensa nos primeiros dois meses do 2º trimestre. O Produto Interno Bruto apresentou no 2º trimestre de 2020 uma variação homóloga de -16,3% em volume, após a redução de 2,3% no trimestre anterior.

Quadro 1 – Composição da variação em volume do Produto Interno Bruto – taxas de variação homóloga (%)

	1ºT/19	2ºT/19	3ºT/19	4ºT/19	1ºT/20	2ºT/20
Procura Interna	3,7	3,1	3,4	1,1	-1,2	-12,0
Exportações	3,9	2,6	2,2	6,2	-5,1	-39,5
Importações	7,1	4,9	5,7	3,6	-2,5	-29,9
PIB	2,4	2,1	1,9	2,2	-2,3	-16,3

Fonte: INE Contas Nacionais Trimestrais – 2º trimestre de 2020

De acordo com os dados disponibilizados pelo INE, esta variação do produto foi influenciada pelo considerável contributo negativo da procura interna para a variação homóloga do PIB, influenciando uma desaceleração no investimento e obviamente do consumo privado.

Verificou-se também uma desaceleração significativa das exportações e importações de bens e serviços, de -39,5% e 29,9%, respetivamente.

Quadro 2 – Composição do crescimento em valor (preços correntes) do Produto Interno Bruto

	Unidade: milhões de euros					
	1ºT/19	2ºT/19	3ºT/19	4ºT/19	1ºT/20	2ºT/20
Procura Interna	52 582,5	52 773,5	53 444,7	53 423,0	52 828,2	47 733,9
Exportações	23 137,2	23 247,1	23 001,4	23 712,4	22 021,1	13 765,7
Importações	23 059,0	23 325,6	23 183,2	23 433,4	22 453,8	15 361,1
PIB	52 660,8	52 695,0	53 262,8	53 702,0	52 395,6	46 138,4

Fonte: INE Contas Nacionais Trimestrais – 2º trimestre de 2020

Em termos nominais verifica-se que o PIB diminuiu cerca de 12% no 2º trimestre de 2020 face ao trimestre anterior e 12,4% face ao mesmo período de 2019.

1.2. Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF)

A Formação Bruta de Capital Fixo desacelerou no 1º trimestre de 2020 e no 2º com maior impacto, apresentando uma diminuição de 9%. Esta desaceleração deveu-se ao comportamento da FBCF em Outras Máquinas e Equipamento e da FBCF em Equipamentos e Transportes. No entanto em sentido inverso a FBCF no setor da construção acelerou, passando de 2,5% para 7,5% no 2º trimestre.

Quadro 3 – Formação Bruta de Capital Fixo – dados encadeados em volume

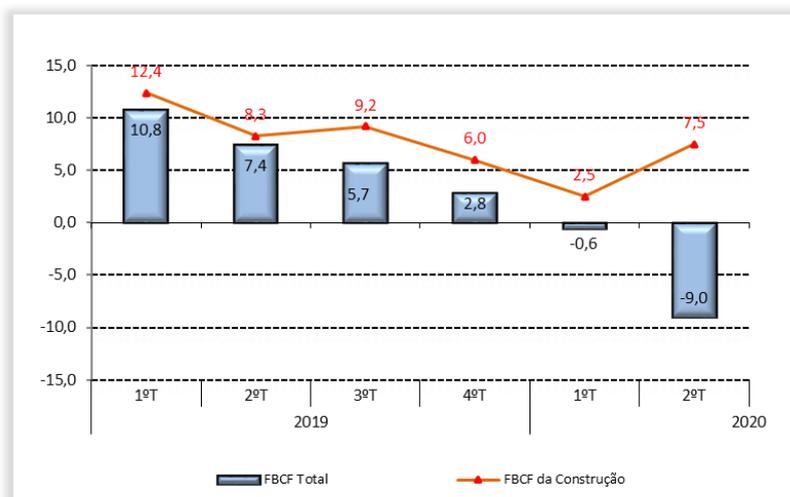
Unidade: milhões de euros

	1ºT/19	2ºT/19	3ºT/19	4ºT/19	1ºT/20	2ºT/20
FBCF Total	9 167,8	9 128,6	9 057,3	8 984,4	9 116,4	8 306,6
Taxas de Variação homóloga (%)	10,8	7,4	5,7	2,8	-0,6	-9,0
FBCF da Construção	4 489,5	4 414,2	4 456,1	4 475,9	4 603,6	4 744,0
Taxas de Variação homóloga (%)	12,4	8,3	9,2	6,0	2,5	7,5

Fonte: INE Contas Nacionais Trimestrais – 2º trimestre de 2020

No gráfico seguinte observa-se, o investimento no setor da construção que durante o ano de 2019 acompanhou a tendência do investimento na atividade económica. Já nos dois primeiros trimestres de 2020 apresentou um comportamento heterogéneo face ao investimento na atividade económica.

Gráfico 1 – Formação Bruta de Capital Fixo – dados encadeados em volume (taxas de variação homóloga %)



Fonte: INE Contas Nacionais Trimestrais – 2º trimestre de 2020

1.3. O Valor Acrescentado Bruto (VAB)

Tal como a FBCF, também o Valor Acrescentado Bruto desacelerou nos dois primeiros trimestres de 2020, face aos trimestres anteriores, registando no 2º trimestre uma variação homóloga negativa de 16%.

Quadro 4 – Crescimento em volume do VAB

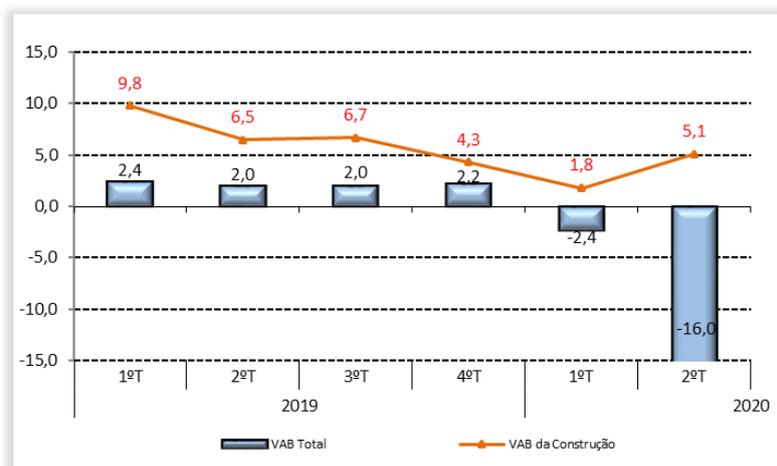
Unidade: milhões de euros

	1ºT/19	2ºT/19	3ºT/19	4ºT/19	1ºT/20	2ºT/20
VAB Total	50 286,2	50 411,9	50 692,9	50 876,8	49 057,0	42 343,7
Taxas de Variação homóloga (%)	2,4	2,0	2,0	2,2	-2,4	-16,0
VAB da Construção	1 924,6	1 901,5	1 909,6	1 908,8	1 959,1	1 998,8
Taxas de Variação homóloga (%)	9,8	6,5	6,7	4,3	1,8	5,1

Fonte: INE Contas Nacionais Trimestrais – 2º trimestre de 2020

Por outro lado, no sector da construção, o VAB registou comportamento inverso ao VAB da economia nacional. No 2º trimestre de 2020 registou uma variação positiva de 5,1%. No entanto face a 2019, este indicador desacelerou.

Gráfico 2 – Valor Acrescentado Bruto – dados encadeados (taxas de variação homóloga %)

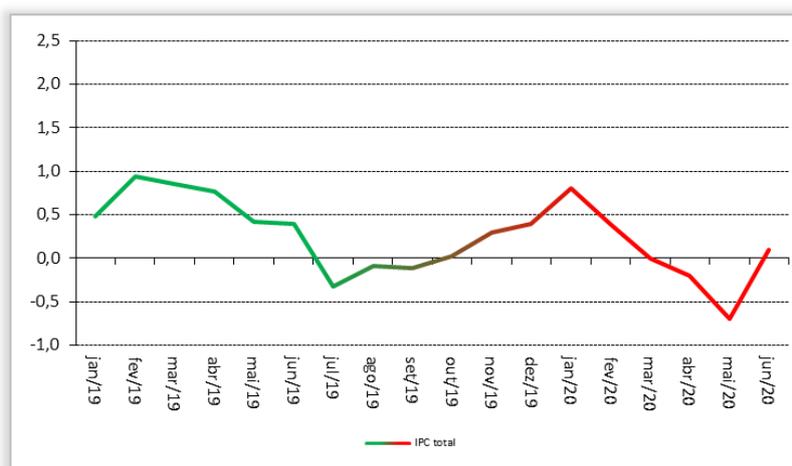


Fonte: INE Contas Nacionais Trimestrais – 2º trimestre de 2020

1.4. O Índice de Preços no Consumidor

Em junho de 2020, a taxa de variação homóloga do Índice de Preços no Consumidor (IPC) situou-se em 0,1%, taxa superior em 0,8 p.p. à registada no mês anterior. A variação média dos últimos doze meses foi também de 0,1%.

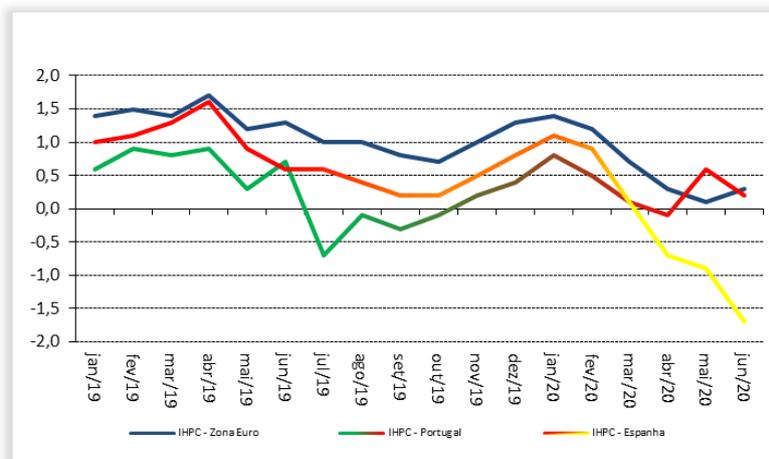
Gráfico 3 – Índice de Preços ao Consumidor (Taxa de variação homóloga %)



Fonte: INE Índice de Preços no Consumidor – junho de 2020

O Índice Harmonizado de Preços (IHPC) português registou uma variação homóloga de 0,2% taxa superior em 0,8 p.p. à registada no mês anterior.

Gráfico 4 – Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (Taxa de variação homóloga %)



Fonte: INE Índice de Preços no Consumidor – junho de 2020

1.5. O Mercado de Trabalho

O Emprego

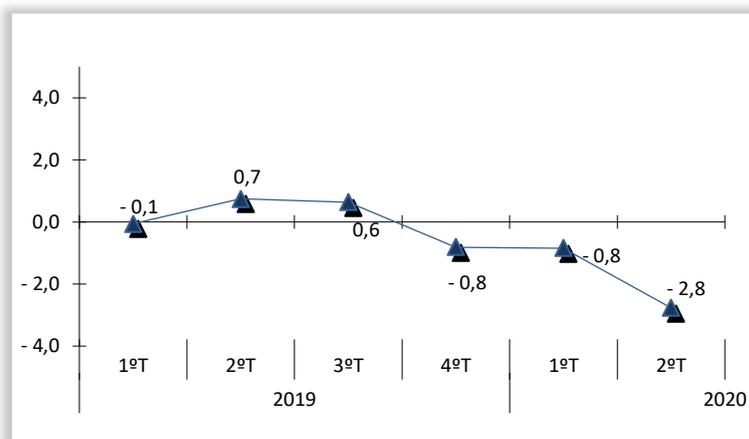
De acordo com as estatísticas de emprego do INE, relativas ao 2º trimestre de 2020, a população ativa situava-se nos 5.009 mil indivíduos, traduzindo num decréscimo de 3,9% em relação ao 1º trimestre (cerca de -204 mil indivíduos) e -4,5% relativamente ao trimestre homólogo (cerca de -235,5 mil indivíduos).

Segundo informação do INE, a população inativa com 15 e mais anos, estimada em 3.886,7 mil pessoas, aumentou 5,7% relativamente ao trimestre anterior e 7,5% em relação ao trimestre homólogo. “Nunca antes, na série de dados iniciada em 2011, se havia registado variações trimestrais e homólogas tão elevadas. Estes acréscimos são explicados, essencialmente, pelo aumento da população inativa que, embora disponível, não procurou trabalho, estimada em 312,1 mil pessoas.”

Em relação à população empregada, num total de 4.731,2 mil indivíduos no 2º trimestre de 2020 registou um decréscimo trimestral de 2,8% (cerca de -134,7 mil indivíduos). Em relação ao período homólogo de 2019 registou também um decréscimo de 3,8% (cerca de 185,5 mil indivíduos).

No gráfico observa-se a linha de tendência de evolução trimestral em 2019 e 2020 ao nível do emprego, verificando-se alguma oscilação, no entanto, tal como era de esperar, no 2º trimestre deste ano apresentou uma variação negativa de 2,8%.

Gráfico 5 – População empregada - Variação Trimestral (%)

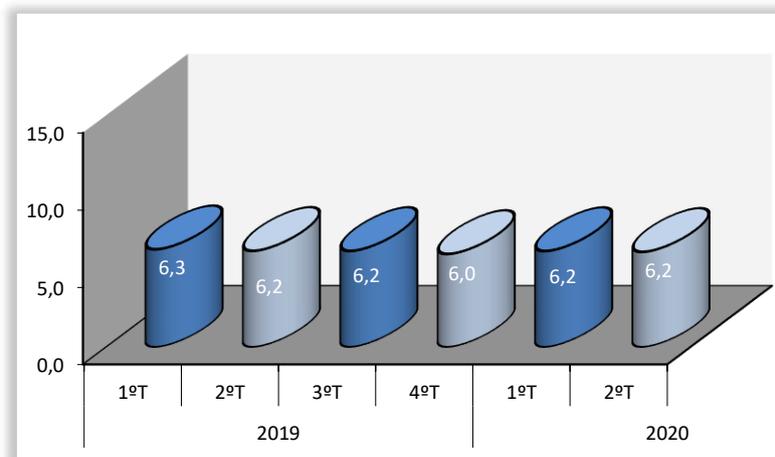


Fonte: INE - Estatísticas do Emprego - 2º trimestre de 2020

Acompanhando a tendência da economia, o sector da construção, embora um dos menos afetados pela pandemia, registou, no 2º trimestre de 2020, uma variação trimestral negativa de 3,6% (cerca de menos 10,9 mil indivíduos) e uma variação homóloga negativa de 4,8% (cerca de menos 15 mil indivíduos).

Em relação ao peso que este sector tem no emprego total, verifica-se que a construção se mantém com um peso de 6,2%, correspondendo a cerca de 291,4 mil indivíduos.

Gráfico 6 – Emprego na Construção / Emprego Total - variação trimestral (%)



Fonte: INE - Estatísticas do Emprego - 2º trimestre de 2020

2. O MERCADO EM PORTUGAL - INDICADORES SECTORIAIS

2.1. Contextualização

O 1º semestre de 2020, tal como já referido anteriormente, foi um período atípico e embora o setor da construção não tenha sido o mais afetado em comparação com outros setores, também ele sentiu um abrandamento.

Nos últimos anos, o emprego neste setor tinha vindo a recuperar, no entanto, neste 2º trimestre, verificou-se, como era exetável, um abrandamento com uma redução de -4,8% face ao mesmo período de 2019 (cerca de menos 15 mil indivíduos).

No primeiro semestre de 2020, foram licenciados cerca de 10.901 edifícios, representado uma diminuição homóloga de cerca de 14,7%. Também o licenciamento nos edifícios residenciais em construção nova, diminuíram cerca de 8,3% face ao mesmo período bem como o número de fogos licenciados.

A atividade da construção movimenta vários sectores, a montante e a jusante da sua cadeia de produção, daí decorrendo que seja considerado um dos sectores impulsionadores da economia nacional, não só pelo seu peso específico na criação de riqueza como também de emprego, tendo em conta o seu óbvio efeito multiplicador, sendo, por isso, uma atividade fundamental para o crescimento da economia.

2.2. Obras Particulares - Licenciadas e Concluídas

No 1º trimestre de 2020, o número de edifícios licenciados cresceu ligeiramente em relação aos trimestres de 2019, mas tal como seria de esperar, no 2º trimestre de 2020, observou-se um comportamento inverso.

Pela análise do gráfico 7, verifica-se que o número de edifícios licenciados¹ neste trimestre foram cerca de 5,0 mil edifícios (aproximadamente -14,7% em relação ao mesmo trimestre de 2019 e cerca de -16% face ao 1º trimestre de 2020).

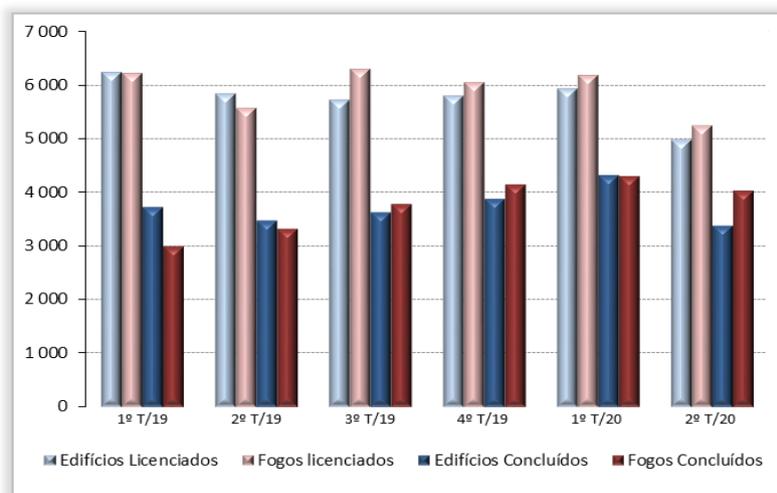
O número de edifícios concluídos², foram cerca de 3,4 mil edifícios, cerca de -2,8% face ao período homólogo e -21,9% face ao 1º trimestre de 2020.

Fazendo a comparação entre fogos licenciados e concluídos verifica-se que se tem licenciado mais fogos que concluídos, facto que contraria os últimos anos no sector da construção (conhecidos pelos anos da crise) que se verificou uma retração no investimento nesta componente, limitando-se praticamente a concluir o que já estava iniciado.

¹ O total de edifícios licenciados inclui construções novas, ampliações, alterações, reconstruções e demolições de edifícios.

² O total de edifícios concluídos inclui construções novas, ampliações, alterações e reconstruções de edifícios.

Gráfico 7 – Número de Obras Licenciadas e Concluídas por trimestre



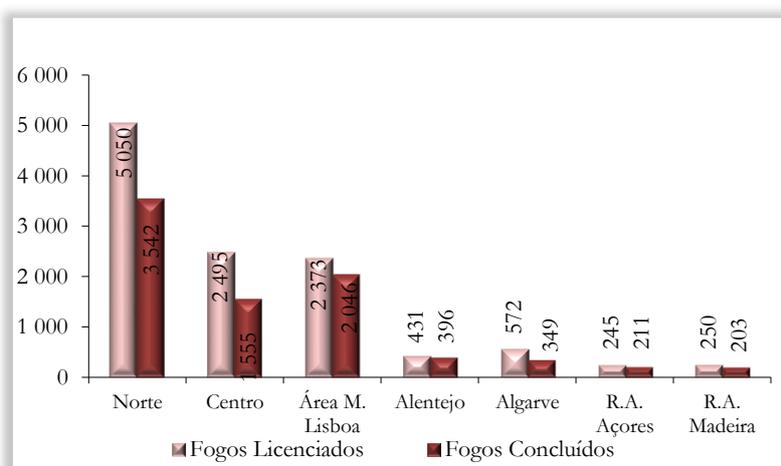
Fonte: INE

Observando o gráfico seguinte verifica-se quais são as Regiões com maior e menor representatividade no número total de fogos licenciados e concluídos nos dois primeiros trimestres de 2020.

Assim, a Região Norte representa cerca de 44%, enquanto a Região Autónoma dos Açores (a região que menos fogos licenciou) representa apenas 2% no número total de fogos licenciados.

É também a região Norte a mais significativa no número total de fogos concluídos, que representa cerca de 43% do total, enquanto a Região Autónoma da Madeira (a região, onde menos se concluiu) representa apenas 2%.

Gráfico 8 – Número de fogos licenciados e concluídos por Região (1ºT e 2ºT de 2020)

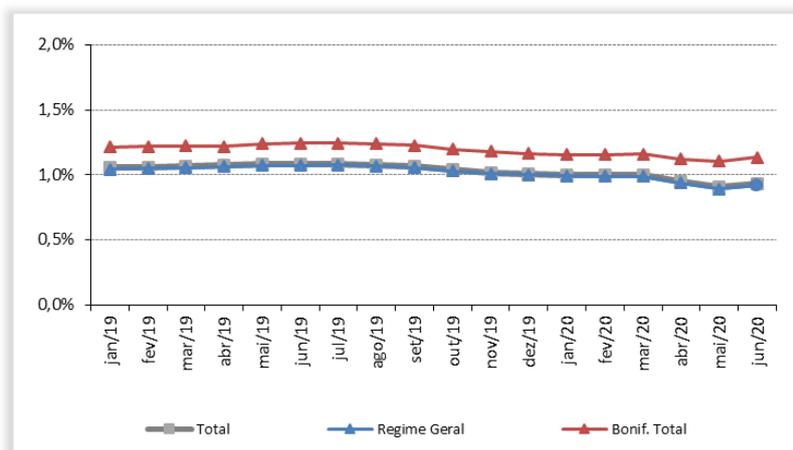


Fonte: INE

2.3. Taxa de Juro Implícita

A taxa de juro implícita³ no conjunto dos contratos de crédito à habitação fixou-se, no mês de junho de 2020, em 0,932% (em maio 0,903%).

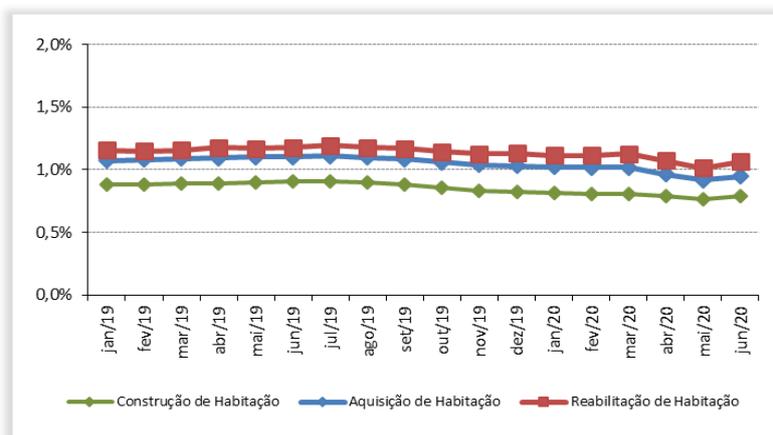
Gráfico 9 – Taxa de juro implícita



Fonte: INE

Segundo dados do INE, o valor do capital médio em dívida para a totalidade dos contratos de crédito à habitação foi de 54.126 euros (registando um aumento de 116 euros face ao mês anterior).

Gráfico 10 – Crédito à habitação por destino de financiamento



Fonte: INE

Observando o gráfico anterior, em junho de 2020, a taxa de juro implícita nos contratos com destino à Aquisição de habitação, Construção de habitação, e Reabilitação de habitação foram 0,94%, 0,79 e 1,01%, respetivamente, verificando-se uma trajetória constante ao longo do ano de 2020.

³ A taxa de juro implícita no crédito à habitação reflete a relação entre os juros totais vencidos no mês de referência e o capital em dívida no início desse mês.

2.4. Valores médios de avaliação bancária

Em junho de 2020, o valor mediano de avaliação bancária de habitação do total do país situou-se em 1.115 euros/m², mais 1 euro que em maio e mais 8,3% face ao mesmo mês em 2019.

Segundo dados do INE, o número de avaliações bancárias diminuiu drasticamente face ao mesmo período de 2019.

Em junho, o maior aumento face ao mês anterior, registou-se no Alentejo e apenas a Região de Lisboa registou um decréscimo nos valores medianos de avaliação bancária.

Quadro 5 – Valores medianos de avaliação bancária – Habitação (Euros/m²)

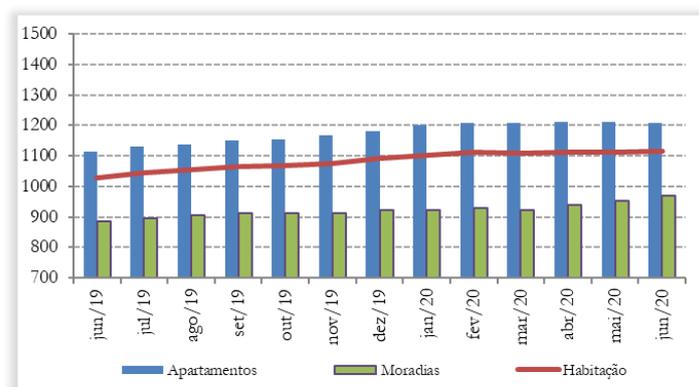
	Jan 20	Fev 20	Mar 20	Abr 20	Mai 20	Jun 20
Portugal	1 103	1 111	1 110	1 111	1 114	1 115
Norte	955	962	960	963	972	982
Centro	820	823	818	831	847	869
Lisboa	1 459	1 480	1 483	1 483	1 485	1 477
Alentejo	839	818	804	802	827	859
Algarve	1 452	1 465	1 483	1 482	1 512	1 538
RA Açores	893	896	908	937	949	964
RA Madeira	1 106	1 114	1 138	1 147	1 141	1 141

Fonte: INE

Observando o gráfico seguinte verifica-se que, nos últimos meses não tem havido oscilação no valor mediano da avaliação bancária, nos dois segmentos (apartamentos e moradias). No entanto face ao período homólogo, os apartamentos e moradias tiveram um acréscimo de 8,4% e 9,7%, respetivamente.

Em junho, o valor dos apartamentos fixou-se em 1.209 euros/m² e o das moradias em 971 euros/m².

Gráfico 11 – Evolução dos valores médios de avaliação bancária (valores em euros/m²)

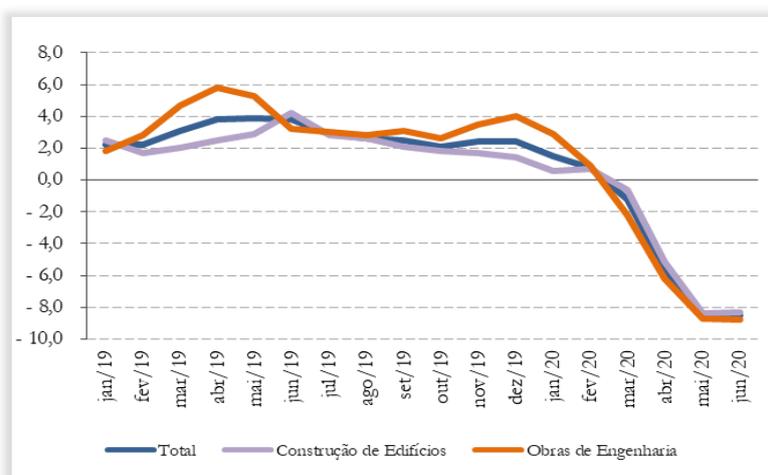


Fonte: INE

2.5. Índice de produção na construção e obras públicas

Segundo dados disponibilizados pelo INE, a produção na construção, corrigida dos efeitos de calendário e da sazonalidade e tendo como base a média dos últimos três meses, apresentou em junho de 2020, uma variação homóloga de -8,5%, variação idêntica à observada em maio. Os dois segmentos observados tiveram o mesmo comportamento de desaceleração, com a construção de edifícios a registar uma taxa de variação homóloga de -8,3% (-8,4% em maio) e o segmento da engenharia civil com uma taxa de variação de -8,8% (-8,7% em maio).

Gráfico 12 – Índices de produção na Construção – variação homóloga (%)



Fonte: INE

2.6. Vendas de cimento para o mercado interno

Quadro 6 – Vendas de cimento para o mercado interno (milhares de toneladas)

	2019					2020				
	1º T	2º T	3º T	4º T	Total	1º T	2º T	3º T	4º T	Total
	779	808	823	788	3 198	827	920			1 747
Var. Trimestral	9,7	3,7	1,9	-4,3		4,9	11,2			
Var. Homóloga	26,1	11,1	16,7	11,0		6,2	13,9			

Fonte: dados cedidos ao IMPIC pelas principais empresas portuguesas no sector

Os dados disponibilizados pelas principais empresas do sector permitem analisar o quadro de vendas de cimento para o mercado interno. Verifica-se no 1º semestre de 2020 que a pandemia não afetou as vendas neste segmento, pelo que este cenário demonstra uma expetável *performance* positiva para o sector.

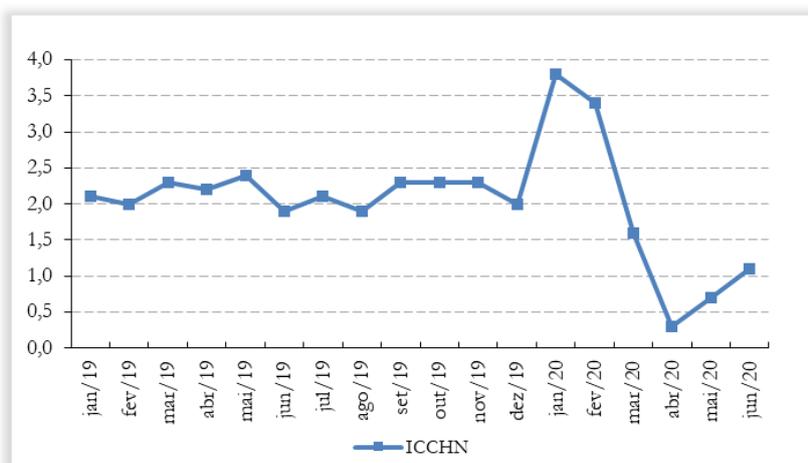
2.7. Índice de custos de construção

Segundo dados disponibilizados pelo INE, o índice de custos de construção de habitação nova (ICCHN) registou em junho de 2020 uma variação homóloga de 1,1% (0,4 p.p. superior à registada em maio).

No gráfico observa-se a queda acentuada deste índice logo a partir de fevereiro e a recuperar lentamente em maio.

As componentes para a formação do ICCHN: preço dos materiais e mão-de-obra também apresentaram, respetivamente, variações de 0,6% e de 1,8% face ao período homólogo.

Gráfico 13 – Índice de custos de construção de habitação nova (variação homóloga %)

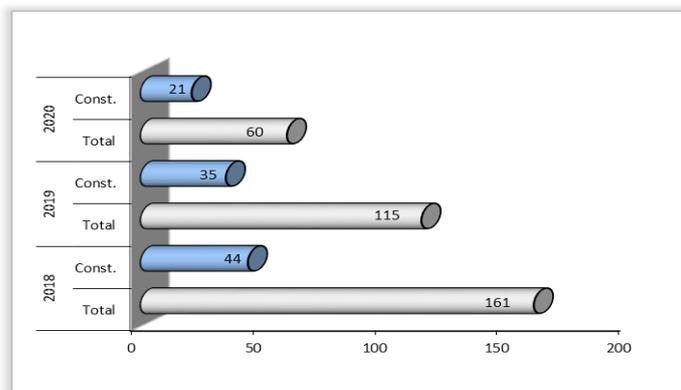


Fonte: INE

2.8. Segurança no trabalho

Segundo informação da Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT), até agosto de 2020 registaram-se 21 vítimas mortais no setor da construção num total de 60 acidentes de trabalho mortais.

Gráfico 14 – Número de acidentes de trabalho mortais



Fonte: ACT

Nota: Informação atualizada a 17 de agosto de 2020

3. O TECIDO EMPRESARIAL DO SECTOR DA CONSTRUÇÃO

3.1. Títulos válidos a 30 de junho

A atividade da construção é regulamentada por lei⁴ (Lei n.º 41/2015, de 3 de Junho), sendo necessário para o seu exercício a titularidade de uma habilitação (alvará ou certificado), emitida pelo IMPIC, I.P.

Consoante a classe do alvará de que é titular uma empresa de construção, assim se determina o valor limite das obras que poderá executar, de acordo com as categorias e subcategorias constantes do Anexo I à Lei n.º 41/2015, de 3 de junho. Para 2020⁵ vigoram os limites que constam do quadro seguinte:

Quadro 7 – Classes de alvarás

Classe das Habilitações	2020
1	166.000 €
2	332.000 €
3	664.000 €
4	1.328.000 €
5	2.656.000 €
6	5.312.000 €
7	10.624.000 €
8	16.600.000 €
9	Acima de 16.600.000 €

No final de junho de 2020, existiam no sector da construção 27.466 empresas habilitadas com Alvará e 27.778 com Certificado.

Gráfico 15 – Títulos habilitantes válidos a 30 de Junho de 2020



Fonte: IMPIC

⁴ A lei da construção, Lei n.º 41/2015, de 3 de junho, veio estabelecer o novo regime aplicável ao exercício da atividade da construção, revogando o Decreto-Lei n.º 12/2004, de 9 de janeiro, passando a existir o exercício da atividade de Empreiteiro de Obras Públicas (Alvará de Empreiteiro de Obras Públicas e Certificado de Empreiteiro de Obras Públicas) e o exercício da atividade de Empreiteiro de Obras Particulares (Alvará de Empreiteiro de Obras Particulares e Certificado de Empreiteiro de Obras Particulares).

⁵ A Portaria n.º 119/2012, de 30 de abril, (retificada pelas Declarações de Retificação n.º 25/2012, de 23 de maio e n.º 27/2012 de 30 de maio), estabelece a correspondência entre as classes e os valores das obras que os titulares de Alvará ficam autorizados a executar.

3.1.1. Distribuição por classe de alvarás

Relativamente à distribuição de alvarás por classes, verificou-se um acréscimo mais acentuado de empresas classificadas na classe 6, que passou de 317 para 381 e classe 2, que passou de 10.287 para 11.722 empresas habilitadas. A classe 1 apresenta um decréscimo de 1,1%.

Quadro 8 – Distribuição do número de empresas por classe de alvará

Classes	Junho de 2019	Junho de 2020	Var. 2020/2019
Classe 1	10.303	10.186	-1,1%
Classe 2	10.287	11.722	13,9%
Classe 3	1.902	1.991	4,7%
Classe 4	1.519	1.663	9,5%
Classe 5	1.153	1.229	6,6%
Classe 6	317	381	20,2%
Classe 7	142	156	9,9%
Classe 8	47	53	12,8%
Classe 9	81	85	4,9%
Total	25.751	27.466	6,7%

Fonte: IMPIC

A classe mais representativa é a classe 2, com cerca de 42% (11.722) das empresas registadas.

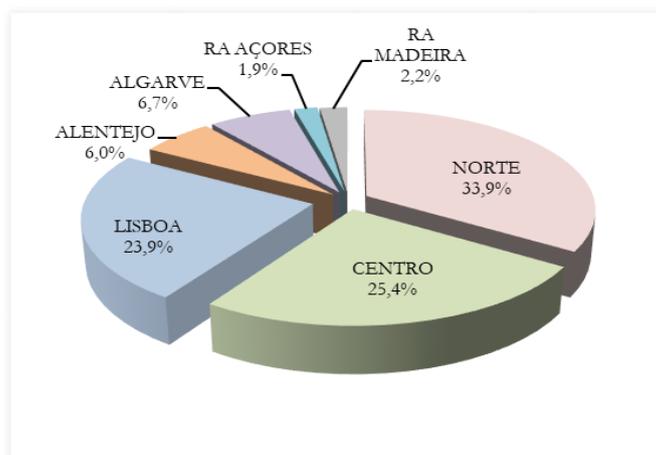
Salienta-se ainda o facto de as classes 1 e 2 representarem cerca de 80% do mercado das empresas de construção.

3.1.2. Distribuição geográfica

Relativamente à distribuição geográfica (NUT II), verifica-se que as Regiões do Norte e do Centro detêm o maior número de empresas com alvará, respetivamente 33,9% e 25,4%.

Por classificação distrital, Lisboa detém a maior parcela de empresas detentoras de alvará, cerca de 20,2% do total do país, logo seguida do Porto, com cerca de 14,7%.

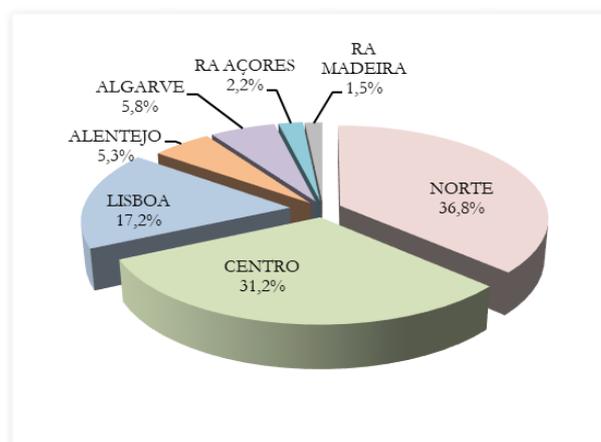
Gráfico 16 – Distribuição de Alvarás por Região NUT II (junho de 2020)



Fonte: IMPIC

Situação idêntica na distribuição geográfica para as empresas detentoras de certificados. O Norte é detentor de 36,8% dos certificados e o Centro, de 31,2%. Na distribuição por distritos, Lisboa detém cerca 15% e o Porto detém cerca de 14,7% de empresas detentoras de certificados de empreiteiros de obras públicas e particulares.

Gráfico 17 – Distribuição de Títulos de Registo por Região NUT II (junho de 2020)



Fonte: IMPIC

4. SÍNTESE

A epidemia do novo coronavírus, que se iniciou na China no final de 2019, rapidamente se propagou nos primeiros meses de 2020 numa pandemia, gerando um choque económico global sem precedentes. A economia mundial reduziu 5,2% no primeiro semestre em termos homólogos. Segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI), esta contração terá atingido 90% das economias.

A queda da atividade económica resultou dos receios de contágio e da incerteza a esta nova doença associados às medidas de confinamento e distanciamento social impostas. Embora tenha surgido uma rápida resposta de implementação de medidas de política monetária e orçamental prevê-se ainda algum tempo para a recuperação deste choque exógeno e transversal caracterizado por elevados níveis de incerteza.

Portugal sofreu uma queda abrupta no setor do turismo, setor este com um peso elevado na economia portuguesa, principalmente em expansão nos últimos anos. Também o comércio de alguns bens, cultura, alojamento e restauração foram segmentos muito vulneráveis e que não se perspetiva uma melhoria significativa no curto prazo.

Segundo o Boletim estatístico de dezembro de 2020, do Banco de Portugal, “a pandemia Covid-19 afetou profundamente a atividade económica em 2020, em Portugal e no resto do mundo. As medidas de contenção da crise de saúde pública e a atitude de precaução dos agentes económicos determinaram uma queda sem precedentes do PIB na primeira metade do ano. “

Segundo a mesma fonte, as projeções assumem que as restrições serão gradualmente retiradas a partir do primeiro trimestre de 2021, embora a atividade fique condicionada por mais algum tempo até as soluções de saúde estarem plenamente implementadas.

Ainda no mesmo boletim refere-se que “A ação das políticas monetárias, orçamentais e prudenciais foi decisiva na mitigação da crise, e continuará a desempenhar um papel fundamental na dinâmica de recuperação. Neste enquadramento, projeta-se uma queda do PIB de 8,1% em 2020, seguida de um crescimento de 3,9% em 2021 e 4,5% em 2022.” A atividade retomará no final de 2022, bem como o mercado de trabalho com o aumento do emprego.

O recurso ao teletrabalho foi uma realidade e dependeu das características das funções desempenhadas, sendo, por isso, muito heterogéneo em termos de profissões e setores de atividade. Os setores do alojamento e restauração, da construção, o setor primário e os setores da Indústria transformadora e da saúde registaram as menores percentagens de teletrabalho relativamente ao emprego total. Pelo contrário, os setores das atividades de informação e comunicação, das atividades financeiras, educação, consultoria, técnicas e científicas apresentaram percentagens de utilização do teletrabalho superiores.

No setor da construção a atividade apresentou uma trajetória descendente, como seria de esperar, no entanto não tão vincada como noutros setores da economia. A construção contribuiu positivamente para o crescimento do VAB. O emprego, embora tenha diminuído, não foi o mais prejudicado no 1º semestre neste setor.

Espera-se que a FBCF residencial se mantenha resiliente ao longo do horizonte. Para o comportamento desta componente têm contribuído as condições de financiamento favoráveis e a atratividade deste ativo como aplicação de poupança.

5. FONTES ESTATÍSTICAS

Variáveis e fontes			
Nível	Variável	Fonte	
Envolvente Macroeconómica	PIB	INE	
	FBCF		
	VAB		
	Consumo Privado		
	Índice de Preços no Consumidor		
	Emprego e Desemprego	INE, IEFP	
	Projeções para a Economia Portuguesa	Banco de Portugal	
	Défice Orçamental	Banco de Portugal	
Sector da Construção	Mercado em Portugal	Obras Particulares: Licenciadas e Concluídas	INE
		Índice de Produção na Construção e Obras Públicas	INE
		Vendas de Cimento para o mercado externo	Cimpor, Secil
		Índice de Custo de Construção de Habitação Nova	INE
		Acidentes de Trabalho	ACT
		Taxa de Juro implícita no crédito à habitação	INE
		Valores de avaliação bancária	
	Tecido Empresarial	Alvarás e Títulos de Registo	IMPIC
		Indicadores económico-financeiros das empresas inscritas no IMPIC	
	Macro-enquadramento Europa	Variação da Produção de Edifícios Residenciais e Não Residenciais	Euroconstruct Eurostat
		Variação da Produção de Obras de "Engenharia Civil"	
		Indicadores macroeconómicos	